

Brasília não será mais a mesma

Plano Diretor da cidade pode alterar a lei do tombamento. É o que pretende o GDF, mas ao Iphan cabe a última palavra

Newton Araújo Jr.
Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal estuda alterações para o projeto original do Plano Piloto como concebido por Lucio Costa. "Já é hora de fazer uma reavaliação do Plano. Uma revisão ou readaptação. Brasília não está engessada. É preciso uma flexibilização para se adaptar às necessidades atuais", defende a secretária Ivélise Longhi, do Desenvolvimento Urbano e Habitação, ao anunciar os estudos iniciais para a criação de um Plano Diretor para Brasília.

"Há possibilidade de revisão da lei que criou o tombamento da cidade. Mas desde que haja anuência do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)", diz com cautela a arquiteta Rosemay Pimentel, diretora de projetos do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF). A idéia ainda está no início. "Por enquanto, só fizemos um diagnóstico com os principais problemas encontrados na área tombada", explica Eliana Klarmann Porto, diretora-presidente do IPDF.

Mexer no tombamento causa arrepios aos órgãos encarregados de preservar Brasília como

Patrimônio Cultural da Humanidade. Mas essa discussão toma vulto em momento oportuno. O governador Joaquim Roriz almoça hoje em Águas Claras com os membros do Conselho Técnico de Preservação de Brasília. Ele discutirá as propostas apresentadas pelo Conselho para promover efetivamente a preservação da cidade.

PACOTE

"O governador está receptivo à criação de um órgão que cuide especificamente do tombamento e discuta Brasília permanentemente", diz o publicitário Ricardo Pena, membro do Conselho de Preservação. "Com a proposta de reforma administrativa, é possível que a criação desse órgão entre no pacote proposto pela Fundação Getúlio Vargas", acredita Pena.

Se de fato acontecer como o GDF prevê, essa mexida em Brasília vai alterar algumas áreas. Uma das mais significativas talvez seja os novos usos para a orla do Lago Paranoá, nos setores de Clubes Sul e Norte. "Por exemplo, hoje no IPDF há muitos pedidos para a criação de hotéis próximos ao Lago", conta Rosemay Pimentel, do IPDF.

O Setor de Autarquias Norte,

até hoje não ocupado, será redesenhado. As invasões de áreas comerciais também terão que ter uma nova solução, ainda não aventada. "Pretendemos abrir um leque maior de usos em algumas áreas", diz Rosemay. Isso inclui, por exemplo, a alteração na parte residencial da W3 Sul, aproveitando as sugestões que um concurso nacional que será promovido pelo GDF e Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para revitalizar essa área.

ÁREAS VERDES

Outro ponto que provocará polêmica e muita pendenga jurídica será a nova definição que se dará às áreas verdes nas áreas residenciais do Lago. Pelo desenho do local, há em volta de cada lote áreas públicas que foram com o tempo cercadas pelos vizinhos. Segundo Rosemay, "não será possível criar praças ou outros equipamentos públicos. Mas não sei o que se fará nessa área". Em documento numa sala do IPDF está escrito: "Para as penínsulas Sul e Norte as transformações serão brutais."

Essa revisão inclui, além do Plano Piloto e Lagos Sul e Norte, o Cruzeiro. Discute-se ainda se vai se mexer também no Núcleo Bandeirante ou no Paranoá. Em num máximo um mês, o GDF vai criar um grupo de trabalho, reunindo técnicos de várias secretarias e também da área federal ligada ao patrimônio, no caso o Iphan. Entidades de classe e prefeituras comunitárias também entrarão na discussão.

Anderson Schneider 4.3.99



O Plano Diretor de Publicidade, que deve ir à Câmara, vai proibir o excesso de placas e outdoors

Vai acabar bagunça dos anúncios

Aquele outdoor enorme do sa-bão em pó Ariel, no Eixo Monumental, vai sumir da paisagem. Essa é uma das mais óbvias modificações que o Plano Diretor de Publicidade (PDP) do DF vai definir. O GDF já aprontou o projeto, que deve ir nesses dias para a Câmara Legislativa. "Vai ser bastante polêmico e será necessário uma grande negociação", prevê Estela Siqueira, do IPDF.

Nas quadras comerciais, só será permitido um poste coletivo para placas publicitárias em cada bloco de 10 m². Hoje, cada loja

põe o seu do jeito que quer. Na zona central da cidade não serão permitidos letreiros luminosos em cima dos edifícios. Nas fachadas das lojas, somente letreiros de no máximo 80 cm de altura.

Nas fachadas laterais dos blocos, somente 25% da área poderá ser ocupada com publicidade. Nas áreas residenciais não será permitido nenhuma publicidade. E numa faixa verde de 20 metros em volta das quadras residenciais do Plano Piloto nenhuma publicidade será permitida.

No Eixo Monumental e na Es-

planada dos Ministérios, chamada de zona cívico-administrativa, nenhum material publicitário será afixado. A não ser os banners e outras faixas provisórias que digam respeito a algum evento oficial.

Definitivamente, faixas em árvores, postes, canteiros centrais estarão banidos. E as multas serão diminuídas de R\$ 3.000,00 para R\$ 200,00, para facilitar o pagamento. Hoje, praticamente ninguém paga multa por descumprir a legislação de publicidade. (NAJ)